

EDUCAÇÃO INTEGRAL DE 0 A 3 ANOS: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO MORAL POR MEIO DO RESPEITO E DA COOPERAÇÃO

Joice Naiara Camargo de Abreu¹
Raul Aragão Martins²

RESUMO

No campo da Educação, diversos estudos têm contribuído para a compreensão e promoção de práticas que favorecem o desenvolvimento moral. Sabe-se que esse desenvolvimento é um processo contínuo, iniciado nas primeiras interações do indivíduo, seja no núcleo familiar ou na instituição educacional. Nas últimas décadas, a Educação Infantil de 0 a 3 anos tem ganhado destaque nas pesquisas e nas políticas públicas. Muitos municípios vêm estruturando e formalizando pedagogicamente as unidades que atendem bebês e crianças bem pequenas. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos, especialmente no que se refere à efetivação da educação moral na primeira infância. A integração entre cuidar e educar, fundamentada no respeito mútuo e na cooperação, desempenha um papel essencial na construção da autonomia moral das crianças. Assim, este artigo, por meio estudo teórico, investiga como essa integração contribui para o desenvolvimento moral na Educação Infantil. Para embasar a pesquisa, foram utilizados os referenciais teóricos de Piaget, Kohlberg e Vinha, entre outros. Considerando a necessidade de estimular a criança em sua integralidade e o fato de que o desenvolvimento moral se dá nas interações cotidianas, refletir sobre a qualidade dessas relações no ambiente escolar torna-se fundamental. O estudo destaca a urgência da formação docente voltada para os valores morais, a fim de garantir que as práticas pedagógicas sejam intencionais e eficazes na promoção de relações baseadas na cooperação e no respeito mútuo. Dessa forma, busca-se contribuir para o rompimento da heteronomia ainda na primeira infância, favorecendo a construção da autonomia moral desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Cooperação, desenvolvimento moral, Educação Infantil, Educação Moral, respeito mútuo.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil de 0 a 3 anos ocupa, atualmente, um lugar de destaque nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas, consolidando-se como uma etapa

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília-SP, joice.c.abreu@unesp.br

² Professor orientador: Doutor em Psicologia. Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília-SP, raul.martins@unesp.br.



fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Diversas pesquisas apontam que os primeiros anos de vida constituem um período sensível para a formação de vínculos afetivos, para o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e moral, por meio das interações. “Isto é, as crianças experienciam e aprendem no mundo através dos relacionamentos socioafetivos, e estes, por sua vez, influenciam todos os aspectos do desenvolvimento infantil” (Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância, 2014, p.6). Nesse sentido, cuidar e educar configuram dimensões indissociáveis do processo educativo, pois se complementam na promoção do desenvolvimento integral da criança, abrangendo também a autonomia moral e à convivência social.

A produção teórica, em sua grande parte inspirada na teoria moral de Piaget, evidencia que a moralidade emerge nas interações sociais, exigindo um ambiente escolar pautado em respeito mútuo, cooperação e justiça. Contudo, apesar dos avanços na organização pedagógica das instituições de Educação Infantil que atendem bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade, ainda persistem desafios quanto à efetivação de práticas intencionais que contemplem a formação moral desde os primeiros anos de vida.

No campo da Educação Moral, o respeito e a cooperação são reconhecidos como fundamentos das relações éticas e democráticas desde a primeira infância. Conforme Piaget (1994) e Camargo e Becker (2012), o respeito mútuo possibilita à criança reconhecer o outro como sujeito de direitos, enquanto a cooperação emerge como forma de relação baseada na reciprocidade e no diálogo.

Esta pesquisa, de caráter exploratório, busca refletir sobre como a educação integral de bebês e crianças pequenas pode constituir-se em caminho para a formação moral, tendo como eixo o respeito e a cooperação. Para tanto, discute inicialmente os fundamentos da educação integral na primeira infância, abordando sua interface com o desenvolvimento moral, o conceito de cooperação e respeito para, em seguida, analisar os desafios e as contribuições da prática docente nesse processo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo teórico, que busca articular concepções clássicas e contemporâneas sobre o desenvolvimento moral infantil, com foco na faixa etária de 0 a 3 anos. Ela se caracteriza como bibliográfica (Fonseca, 2002; Gil, 2007), de caráter exploratório (Gil, 2007). Para Fonseca (2002), “A pesquisa bibliográfica é feita a partir



do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites” (p. 32). A investigação parte da análise crítica de produções científicas e documentos normativos da Educação Infantil, visando construir uma compreensão integrada entre os fundamentos da Educação Integral e os princípios da Educação Moral. O método teórico adotado enfatiza a interpretação conceitual e a análise relacional entre autores e políticas educacionais.

Assim, pretende-se com esta reflexão ampliar a compreensão sobre a Educação Moral na Educação Infantil, contribuindo para práticas pedagógicas intencionais pautadas na cooperação, no respeito mútuo e no desenvolvimento moral das crianças pequenas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, a primeira infância tem ganhado destaque crescente nas agendas acadêmica, política e social, refletindo um consenso sobre a importância de garantir condições que assegurem o desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento. Pesquisas, políticas públicas e iniciativas intersetoriais têm evidenciado a necessidade de compreender a infância como um período decisivo para a formação humana, o que demanda práticas educativas intencionais e fundamentadas teoricamente.

Nesse contexto, o presente referencial teórico aborda quatro eixos centrais: as bases legais e concepções da Educação Integral de 0 a 3 anos; o desenvolvimento moral na primeira infância; a cooperação e o respeito mútuo como fundamentos da Educação Moral; e, por fim, o papel do professor na promoção da educação moral, buscando contribuir para o fortalecimento das discussões acadêmicas sobre a dimensão ética da Educação Infantil.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, consolidou-se no Brasil a partir de um movimento histórico que buscou superar a visão assistencialista das creches, para reconhecê-las como espaços de educação e cuidado. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) afirmam o direito da criança à educação desde o nascimento, enquanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009) estabelece a indissociabilidade entre cuidar e educar como fundamento da prática pedagógica, reconhecendo as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes do currículo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, reforça o caráter integral do



desenvolvimento infantil, contemplando as dimensões cognitivas, motoras, afetivas, sociais e morais (Brasil, 2017).

Os debates sobre a Educação Integral têm se intensificado nas últimas décadas, ganhando relevância nas políticas públicas e nas pesquisas voltadas à infância. Diversas produções contemporâneas valorizam a criança como sujeito de direitos, reconhecendo-a em sua pluralidade de modos de aprender, conviver e expressar-se.

Nesse contexto, o Centro de Referências em Educação Integral - CREI, iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz, em parceria com outras organizações não governamentais referência no tema no Brasil, elaborou em 2022 o documento Educação Integral nas Infâncias: pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos. Essa publicação destaca a potência da Educação Integral na constituição de uma escola que coloca a infância no centro do Projeto Político-Pedagógico, independentemente da etapa escolar a que se refira. O texto reafirma a necessidade de práticas pedagógicas que promovam interações significativas, o brincar e o respeito à singularidade das crianças, compreendendo esses elementos como pilares para o desenvolvimento integral.

É preciso considerar que crianças são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. A Educação Integral reconhece esse ciclo de vida, suas fases, suas peculiaridades e suas necessidades de proteção, socialização e aprendizagem. Ainda, está atenta à subjetividade, às identidades cultural, étnica e de gênero de cada um. No período de 0 a 12 anos, com potencialidades e limites distintos, a criança tem no brincar e nas interações (com outras crianças, com os adultos e com o mundo social) sua principal forma de elaboração, apreensão do mundo e construção de conhecimento. Nesse sentido, a Educação integral para a infância pressupõe o reconhecimento e a valorização do brincar e das interações nas práticas cotidianas da escola (CREI, 2022, p.15).

O documento, em consonância com a BNCC, reafirma a identidade própria da Educação Infantil e as condições necessárias para que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam efetivamente garantidos. Considerando as formas pelas quais bebês e crianças aprendem e constroem significações sobre si, sobre os outros e sobre o mundo social e natural, ou seja, convivendo, interagindo, brincando, participando, explorando, vivenciando, expressando, comunicando e conhecendo-se, a matriz curricular da Educação Infantil, orientada pelos fundamentos da Educação Integral, deve assegurar contextos e experiências que favoreçam o desenvolvimento integral das



crianças desde os primeiros anos de vida (CREI, 2022, p.102).

Ainda considerando a dimensão pedagógica, vale ressaltar que, de acordo com as DCNEI, as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem fundamentar-se em três princípios:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão as diferentes manifestações artísticas e culturais (Brasil, 2009, p.16).

Esses princípios, quando articulados à concepção de Educação Integral, reforçam a importância de práticas comprometidas com o desenvolvimento pleno da criança e com a formação moral baseada em valores como o respeito mútuo e a cooperação.

Nessa direção, o desenvolvimento moral é compreendido como um processo gradual e contínuo, que se inicia nas primeiras interações do indivíduo e se prolonga ao longo da vida. Piaget (1994) destacou que a moralidade da criança se constitui a partir da relação entre heteronomia e autonomia. Na heteronomia, prevalece o respeito unilateral e a obediência à autoridade adulta, enquanto na autonomia emerge o respeito mútuo, a cooperação e a capacidade de compreender o ponto de vista do outro.

Kohlberg ampliou essa discussão ao propor estágios do desenvolvimento moral, sublinhando que o ambiente social é determinante para que o indivíduo avance em direção a formas mais complexas de julgamento moral (Bataglia, Morais, Lepre, 2010). La Taille (2006) reforça que a moralidade é uma construção relacional, nascida da prática social e não da mera transmissão de normas. Assim, o ambiente educativo deve possibilitar vivências concretas de respeito e cooperação, nas quais a criança aprenda pela experiência e pela interação.

Para crianças de 0 a 3 anos, ainda a fase de desenvolvimento moral é a anomia, as experiências cotidianas de convivência, negociação e resolução de conflitos representam o início do processo de desenvolvimento em direção a autonomia. A forma como o adulto interage, acolhe e orienta as relações influencia diretamente a construção das primeiras referências morais, tornando a escola um espaço privilegiado para o cultivo de valores



éticos desde a mais tenra idade. Vinha (1999) destaca a dificuldade do educador em encontrar o equilíbrio entre o autoritarismo e a permissividade nas práticas cotidianas. Para a autora a uma alternativa pode ser considerando regras negociáveis e inegociáveis conforme o contexto e o nível de desenvolvimento das crianças. Para que aprendam o respeito, é indispensável que vivam em um ambiente onde ele seja efetivamente praticado, pois as atitudes do educador têm maior impacto formativo do que seus discursos.

Nesse contexto, a cooperação e o respeito mútuo aparecem como fundamentos essenciais da educação moral. Na perspectiva piagetiana, a cooperação constitui uma forma de relação social baseada na reciprocidade e no respeito mútuo, na qual os sujeitos interagem de maneira equilibrada e aprendem a coordenar seus pontos de vista (Camargo; Becker, 2012). Trata-se de um processo que permite à criança superar a coação e o egocentrismo inicial, construindo relações pautadas na igualdade e na consideração pelo outro. Nesse sentido, a cooperação não se reduz a uma simples ajuda ou colaboração, mas representa uma forma de interação moralmente orientada, que exige descentrar-se, reconhecer o outro e agir em função de princípios compartilhados.

O respeito, nessa perspectiva, ocupa um lugar central na constituição da vida moral. Camargo e Becker (2012) destacam que o respeito é o elemento que possibilita à criança reconhecer o outro como legítimo parceiro de interação, superando as relações baseadas na obediência e na coação. Essa forma de relação promove o diálogo, a escuta e a negociação, condições essenciais para o desenvolvimento da autonomia moral.

Na Educação Infantil, sobretudo entre crianças de 0 a 3 anos, o respeito e a cooperação manifestam-se nas pequenas situações cotidianas: no brincar coletivo, na partilha de brinquedos, na resolução de conflitos e nas interações com os adultos. Promover tais experiências significa transformar o espaço educativo em um ambiente moral vivo, onde valores como solidariedade, justiça e responsabilidade são aprendidos pela convivência e pela mediação sensível do educador.

Autores como La Taille, (2006); Vinha e Tognetta (2012) defendem o papel fundamental da escola. Uma vez que a promoção da educação moral, não ocorre de forma espontânea ou automática; mas exige práticas intencionais por parte do educador e é justamente no ambiente escolar que as experiências democráticas podem e devem ser vivenciadas. Estudos apontam que muitos professores ainda reproduzem valores por meio



do currículo oculto, sem explicitá-los nem refletir sobre seus impactos. Esse cenário reforça a necessidade de formação docente voltada à compreensão do desenvolvimento moral e às estratégias pedagógicas que promovam o respeito e a cooperação.

Na Educação Infantil, a função do professor é dupla: cuidar e educar. No entanto, para além das ações de higiene, alimentação e segurança, o cuidar implica atenção às dimensões afetivas, sociais e morais da criança (Brasil, 2009). Ao criar contextos em que o diálogo, a partilha de brinquedos, a resolução de conflitos e a construção de regras coletivas estejam presentes, o professor atua como mediador da moralidade, possibilitando experiências fundamentais para a formação da autonomia moral.

A análise dos referenciais apresentados evidencia que a Educação Integral, ao articular as dimensões do cuidar e educar, cria as condições necessárias para que a Educação Moral se efetive desde os primeiros anos de vida. O desenvolvimento moral, sustentado pelos princípios de cooperação e respeito mútuo, manifesta-se nas relações cotidianas, nas experiências de convivência e na mediação sensível do educador. Nesse sentido, o papel do professor assume centralidade, pois é na intencionalidade das práticas e na qualidade das interações que se concretizam as oportunidades de aprendizagem ética e de formação da autonomia moral. Assim, a partir das bases teóricas e normativas discutidas, passa-se à análise dos resultados desta pesquisa bibliográfica, que busca compreender como essas concepções se articulam e se expressam nas práticas pedagógicas voltadas às crianças de 0 a 3 anos.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Os A análise teórica evidencia que, embora a Educação Integral e as políticas de valorização da infância tenham avançado, ainda é necessário ampliar o debate sobre as implicações éticas e morais na Educação Infantil, especialmente na faixa etária de 0 a 3 anos. A integração entre cuidar e educar configura-se como condição essencial para o desenvolvimento moral, pois envolve dimensões cognitivas, afetivas e sociais que se interligam no processo de construção da autonomia.

Com base nas contribuições de Piaget (1994), Kohlberg, DeVries e Zan (1998) e Vinha (1999), compreende-se que o desenvolvimento moral depende da qualidade das interações e da intencionalidade pedagógica. As práticas de cuidado e convivência, quando orientadas por princípios éticos, tornam-se oportunidades para que as crianças



aprendam a dialogar, respeitar e agir de forma cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a Educação Integral, ao articular o cuidar e o educar, constitui um espaço privilegiado para a formação moral desde os primeiros anos de vida, especialmente na Educação Infantil de 0 a 3 anos. As reflexões apresentadas reforçam que o respeito mútuo e a cooperação não devem ser tratados como conceitos abstratos, mas como práticas cotidianas que favorecem a construção da autonomia moral e da convivência democrática. Constatou-se que a efetivação dessa dimensão depende de uma ação docente intencional, sensível e reflexiva, capaz de reconhecer a criança como sujeito ativo e competente no processo de desenvolvimento moral.

Ao integrar referenciais clássicos e contemporâneos, o estudo contribui para fortalecer o debate acadêmico sobre a moralidade na primeira infância, destacando que o desenvolvimento ético pode e deve ser promovido desde a creche, mediante práticas cooperativas e relações de respeito mútuo. Recomenda-se, ainda, o avanço de pesquisas empíricas que investiguem como essas manifestações se configuram nas interações cotidianas entre bebês, crianças e professores, de modo a aprofundar a articulação entre teoria e prática pedagógica e ampliar a compreensão da Educação Integral como caminho para a formação de sujeitos autônomos, solidários e éticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A.; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. Estudos de Psicologia (Natal), v. 15, n. 1, p. 25-32, 2010.



CAMARGO, Denise de; BECKER, Fernanda. O percurso do conceito de cooperação na epistemologia genética. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 123–131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100013>

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Educação Integral nas Infâncias**: pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2022.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. Estudo nº 1: **O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2014. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 20 mai. 2025.

DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila - UEC Fortaleza, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2007.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

VINHA, Telma. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. **Revista do Cogeime**, n. 14, p. 47–60, jul. 1999.

VINHA, Telma, P. V.; TOGNETTA, Luciene. R. P. As Regras e o Ambiente Sociomoral da Sala de Aula. In: BRABO, T. S. A. M.; CORDEIRO, A. P.; MILANEZ, S. G. C. (org.). **Formação da Pedagoga e do Pedagogo**: pressupostos e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 35-65. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-258-1.p35-65>

